

Variação positiva				
US\$ 15.402 mil	Câmbio de 2,0435 Câmbio de 2,1456 Câmbio de 2,2478	Cenário provável 15.402 - -	Cenário possível - 16.172 -	Cenário remoto - - 16.942
Variação negativa				
US\$ 15.402 mil	Câmbio de 2,0435 Câmbio de 1,9413 Câmbio de 1,8391	Cenário provável 15.402 - -	Cenário possível - 14.631 -	Cenário remoto - - 13.861
● Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxas de juros O Risco da taxa de juros da Sociedade decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõe a Sociedade ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõe a Sociedade ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Sociedade não tem ativos significativos em que incidam juros.				
Empréstimos e financiamentos				
	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Préfixada	9.764	4,4%	552	0,2%
TJLP	4.162	1,9%	3.943	1,3%
Libor	32.341	14,6%	47.548	15,6%
CDI	63.898	28,8%	131.243	43,1%
Outras				
	110.165	49,6%	183.286	60,2%
Debêntures				
CDI	130.807	50,4%	203.535	39,8%
	<u>240.972</u>	<u>100,0%</u>	<u>386.821</u>	<u>100,0%</u>
Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos Contrato swap A Sociedade contratou uma operação denominada swap de taxa de juros, em montante imaterial, com o objetivo de transformar um financiamento atrelado a uma taxa flutuante em taxa fixa. Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade não apresentava saldo referente à operação de swap devido a liquidação total da operação. e. Risco de liquidez O Risco de liquidez da Sociedade é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.				
Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debentures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.				
f. Risco de crédito A Sociedade está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. A gestão de risco de crédito da Sociedade no intuito de mitigar esses riscos, adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. g. Controles relacionados aos riscos A Sociedade visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício. h. Níveis de valor justo				
Descrição	Nível 1	31/12/2012 Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras	-	2.176	-	
CDB pós fixado				
Descrição	Nível 1	31/12/2011 Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras	-	123.507	-	
A política financeira da Sociedade tem por objetivo mitigar os riscos desde que os custos justifiquem os benefícios trazidos pela operação na redução da exposição em determinado índice ou moeda. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os empréstimos e financiamentos da Sociedade, às taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos e euro. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:				
A política de gerenciamento adotada pela Sociedade para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Sociedade monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os passivos financeiros derivativos pelo saldo líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais.				
Menos de 1 ano				
Entre 1 e 2 anos				
Entre 2 e 5 anos				
Acima de 5 anos				
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores				
Empréstimos e financiamentos	135.628	14.831	566	-
Debentures	44.071	78.371	5.927	-
Obrigações com arrendamento mercantil	353	84	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores				
Empréstimos e financiamentos	160.637	148.315	2.710	-
Debentures	22.494	84.943	43.426	-
Obrigações com arrendamento mercantil	709	412	25	-
CDB pós fixado				
● Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;				
● Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);				
Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).				
i. Gestão de capital Os objetivos da Sociedade ao administrar o seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.				
24 Cobertura de seguros Considerando a natureza de sua atividade e as premissas de risco a ela inerentes, a Administração da Sociedade tem buscado junto ao mercado segurador a contratação de cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros. Entretanto, após diversas tentativas de colocação de referido risco ao mercado segurador, através de Resseguradores Nacionais e Internacionais, nenhuma companhia conseguiu alocar 100% dos riscos perante um Ressegurador. Com o intuito de minimizar os riscos inerentes à operação, a Sociedade implantou medidas alternativas de prevenção de sinistros, tais como rede de hidrantes em toda a usina, extintores de incêndio em todos os pontos necessários, caminhão-pipa de água para combate a incêndio e brigada de incêndio com equipe treinada e reciclada periodicamente. As premissas de riscos adotadas pela Administração, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.				
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Siderúrgica Norte Brasil S.A. Marabá - PA Examinamos as demonstrações financeiras da Siderúrgica Norte Brasil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluído a avaliação dos riscos distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica Norte Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, os resultados abrangentes e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado Auditamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é considerada informação complementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes e, portanto, não estamos emitindo opinião de auditoria sobre elas.				
Fortaleza, 26 de março de 2013				
KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6				
João Alberto da Silva Neto Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE				
Composição do Conselho de Administração José Vilmar Ferreira - Presidente Wander Jean Matos Ferreira - Vice-presidente Rose Marie Matos Ferreira - Conselheira Maria de Jesus Ferreira Corrêa - Conselheira				
Composição da Diretoria José Vilmar Ferreira - Presidente Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa - Vice-presidente Maria José Ferreira - Diretora Financeira Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães - Diretora Corporativa				
Responsável técnico Cláudia Carvalho CPF 872.359.276-15 CRC 065123/O-6 - PA				